



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA/MT
Superintendência de Mudanças Climáticas e Biodiversidade - SUBIO

SEMA
Fls. 34
C. 10/1

Parecer Técnico

Aplicação do Recurso de Compensação Ambiental

PT Nº: 94629 / CUCO / SUBIO / 2015

Processo Nº: 269521/2015
Data do Protocolo: 01/06/2015

INFORMAÇÕES GERAIS DO PROCESSO

Interessado

- **Nome / Razão Social:** REPRAM - RECICLAGEM E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
- **CPF/CNPJ:** 04.967.710/0002-27
- **Endereço:** Av. Mario Acunha Aristides, 1375 Distrito Industrial - CEP: 78.745-705
- **Município:** Rondonópolis - MT

Propriedade/Obra ou Empreendimento:

- **Denominação:** Aterro Sanitário de Rondonópolis
- **Localização:** MT 270, Fazenda Bebedouro - CEP: 78.745-705
- **Município:** Rondonópolis - MT
- **Coordenada Geográfica:** DATUM: SIRGAS2000 - W: 54:44:43,65 - S: 16:22:05,87

Responsável Técnico:

Atividades Licenciadas:

Não foi associado roteiro a este processo.

ANÁLISE TÉCNICA

Assunto:

Análise de Aplicação de recurso de Compensação Ambiental por Significativo Impacto Ambiental do Empreendimento denominado **REPRAM – Reciclagem e Preservação Ambiental**.

1. INTRODUÇÃO :

A **Lei nº 9.985**, de 18 de julho de 2.000 estabelece em seu **Art. 36** que nos casos de licenciamento ambiental de **empreendimentos de significativo impacto ambiental**, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório – EIA/RIMA, **o empreendedor é obrigado a apoiar implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral**. Define ainda no 2º§ do referido artigo que compete ao órgão licenciador definir as unidades de conservação a serem beneficiadas, considerando as propostas apresentadas no EIA/RIMA ouvido o empreendedor.

O **Decreto nº 4.340** de 22 de agosto de 2002, que regulamenta a lei supracitada, em seu Cap. VIII, Art. 33 estabelece que a aplicação dos recursos da compensação ambiental em Unidades de Conservação de posse e domínio do poder público deve obedecer à seguinte ordem de prioridade:





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA/MT
Superintendência de Mudanças Climáticas e Biodiversidade - SUBIO

- I. Regularização fundiária e demarcação das terras;
- II. Elaboração, revisão ou implantação de plano de manejo;
- III. Aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade, compreendendo sua área de amortecimento;
- IV. Desenvolvimento de estudo necessário à criação de nova unidade de conservação; e
- V. Desenvolvimento de pesquisas necessárias para o manejo da unidade de conservação e área de amortecimento.

2. ANÁLISE:

2.1. Da Unidade de Conservação Beneficiária da Compensação Ambiental

Conforme o Art. 9º da Resolução CONAMA Nº 371, de 05 de abril de 2006, o órgão ambiental licenciador, ao definir as unidades de conservação a serem beneficiadas pelos recursos oriundos da compensação ambiental, respeitados os critérios previstos no Art. 36 da Lei nº 9.985, de 2000 e a ordem de prioridades estabelecida no Art. 33 do Decreto nº 4.340 de 2002, deverá observar a existência de uma ou mais unidades de conservação ou zonas de amortecimento afetadas diretamente pelo empreendimento ou atividade a ser licenciada, independentemente do grupo a que pertençam e deverão ser estas as beneficiárias com recursos da compensação ambiental, considerando, entre outros, os critérios de proximidade, dimensão, vulnerabilidade e infraestrutura existente.

Dessa forma, considerando que o empreendimento está localizado no município de Rondonópolis/MT, aproximadamente a 18,5 km de distância do Parque Estadual Dom Osório Stoffel, unidade de conservação de proteção integral que ocupa 6.421,6934 ha da área deste município, indicamos a referida unidade como beneficiária do recurso de compensação ambiental pela implantação da Unidade de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (UGRS), composta por Unidade de Triagem de Resíduos (UTR), Unidade de Compostagem (UC) e Aterro Sanitário para Disposição Final de Resíduos Sólidos Domiciliares e Industriais – Classe II, de propriedade da empresa REPRAM – RECICLAGEM E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL, considerando em primeira análise o critério de proximidade da unidade em relação à localização do empreendimento, bem como, o grau de implantação da mesma que necessita de recursos financeiros para se consolidar.

Criado pelo Decreto Nº 5.437, de 12 de novembro de 2002, O Parque Estadual Dom Osório Stoffel possui a finalidade de garantir a proteção dos recursos hídricos, a movimentação das espécies da fauna nativa, preservando amostra representativa dos ecossistemas existentes na área e proporcionando oportunidades controladas para uso pelo público, educação e pesquisa científica.





2.2. Do cálculo para o valor da compensação

A Superintendência de Infra Estrutura, Mineração e Serviços- SUIMIS, através da Coordenadoria de Licenciamento com Estudos de Impactos Ambientais emitiu o Parecer Técnico Nº 93934/CLEIA/SUIMIS/2015 referente ao Cálculo de Compensação Ambiental, pela implantação do Aterro Sanitário, localizado na Fazenda Bebedouro, Zona Rural do município de Rondonópolis/MT, de propriedade da empresa **REPRAM – RECICLAGEM PRESERVAÇÃO AMBIENTAL**.

De acordo com o referido parecer, pág. 17, o cálculo da compensação ambiental foi realizado em consonância com o Decreto Federal nº 6.848, de 14 de maio de 2009 e Decreto Estadual Nº 2.594 de 13 e novembro de 2014. O Valor de Referência (VR), que consiste no valor do investimento informado pelo requerente, utilizado para o cálculo da compensação foi de R\$ 15.171.387,76 (Quinze milhões Cento e setenta e um mil, Trezentos e oitenta e sete reais e setenta e seis centavos). Enquanto o cálculo do Grau de Impacto (GI) resultou em 0,31%.

Dessa forma, considerando que o Valor da Compensação Ambiental (CA) é definido pelo produto do Grau de Impacto com o Valor de Referência ($CA = VR \times GI$), chegou-se ao **valor final de R\$ 47.031,30 (Quarenta e sete mil trinta e um reais e trinta centavos)**, que **corresponde a Compensação Ambiental pela implantação do empreendimento**.

2.3. Da aplicação do recurso de compensação

Segundo a ordem das prioridades estabelecidas no Art. 33 do Decreto Federal nº 4.340/2002, para aplicação dos recursos da compensação ambiental em Unidades de Conservação, em primeiro lugar está a Regularização Fundiária e Demarcação das Terras (inciso I). O Parque Estadual Dom Osório Stoffel, possui 04 (quatro) propriedades que incidem parcialmente no interior de seus limites, sendo que a área do Parque é praticamente toda composta por parte das áreas de reserva legal das mesmas. Na parte sudoeste da UC, onde não há incidência de títulos, há uma porção do assentamento Carimã. Entretanto, além das razões técnicas que tornam inviável a aplicação de recursos de compensação para este fim neste momento, podemos descartar em definitivo, em função do pequeno valor correspondente a Compensação Ambiental.

Em segundo lugar está a Elaboração, revisão ou implantação de Plano de Manejo (inciso II). O Plano de Manejo do Parque Estadual Dom Osório Stoffel encontra-se em fase de revisão final por equipe técnica da CUCO/SUBIO/SEMA, sendo produto de compensação ambiental da empresa BRESCO – COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA RENOVÁVEL Unidade de Bioenergia Alto Taquari.

A terceira prioridade na ordem estabelecida pelo art. 33 do Decreto Federal 4340/2002 trata da aplicação do recurso na aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da Unidade (inciso III). Considerando que o Parque



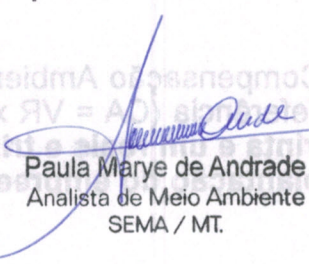
GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA/MT
Superintendência de Mudanças Climáticas e Biodiversidade - SUBIO

Estadual Dom Osório Stoffel possui uma gerente que é funcionária efetiva da Carreira dos Profissionais do Meio Ambiente do Estado, mas tem grande carência de equipamentos necessários para garantir a efetividade de sua gestão, tais como embarcação, motor de popa, computador e demais serviços e equipamentos específicos (vide CI nº 004/GRPEDOS/SEMA/2015). Portanto, se considerarmos a quantia relativamente pequena do presente recurso, acreditamos que sua aplicação na aquisição de parte destes bens será bem aproveitada para a gestão da UC.

CONCLUSÃO:

Diante do exposto somos pela destinação do recurso de **R\$ 47.031,30 (Quarenta e sete mil trinta e um reais e trinta centavos)** provenientes da Compensação por Significativo Impacto Ambiental pela implantação de um Aterro Sanitário, localizado no município de Rondonópolis/MT, de propriedade da empresa **REPRAM – RECICLAGEM E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL**, para aquisição de bens e serviços necessários a gestão do Parque Estadual Dom Osório Stoffel.

É o parecer.


Paula Marye de Andrade
Analista de Meio Ambiente
SEMA / MT.

Cuiabá - MT, 06 de julho de 2015

